Evidence Previdência S.A.

CNPJ nº 13.615.969/0001-19

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes, referentes às atividades da Evidence Previdência S.A. (Evidence) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade prescritas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP 517 de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores, que entrou em vigor a partir da data de sua publicação no dia 11 de agosto de 2015.

Conjuntura Econômica

Nos últimos três meses do ano de 2016, a relação entre o Real e o Dólar flutuou ao redor do patamar de R$3,30/US$, sem indicar uma tendência clara. Após uma evidente apreciação do real ao longo do primeiro semestre de 2016, a taxa de câmbio encerrou o mês de dezembro em R$3,26/US$, bem próximo a taxa do fechamento do terceiro trimestre, de R$3,25/US$. O otimismo com a economia doméstica e a redução da percepção de risco, que favorecia a apreciação do câmbio, perdeu ímpeto no último trimestre de 2016. Esse fato refere-se principalmente ao processo de elevação da taxa de juros nos Estados Unidos e às novas divulgações de indicadores econômicos da economia brasileira, os quais sugeriram que o início da recuperação da atividade econômica foi postergado para 2017.

Diante desse contexto, o ambiente para a atividade bancária no Brasil permanece desafiador. O mercado de trabalho, por exemplo, segue em processo de deterioração e precarização, fato que pode ser verificado pela rápida elevação da taxa de desemprego, que alcançou 12,4% em novembro na série com ajuste sazonal, segundo estimativas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco).

Alívio adicional deve vir da política monetária. Após novo corte (0,75%) na taxa Selic em janeiro de 2017 (que foi reduzida para 13,0%), o Banco Santander espera que o Banco Central do Brasil (Bacen) continue no processo de afrouxamento monetário nas próximas oportunidades, tendo em vista a melhora do quadro inflacionário, a ancoragem de expectativas de inflação e a evolução da aprovação de medidas de ajuste fiscal pelo governo. A sinalização do Bacen nos últimos documentos oficiais reforça essa percepção. Com relação à política fiscal, a despeito dos efeitos positivos que a recuperação da atividade deve exercer sobre a arrecadação de impostos em 2017, os resultados devem continuar deficitários pelos próximos anos. As reformas já propostas pelo governo e as esperadas para os próximos meses visam a estabilização da dívida no longo prazo.

Nesse cenário, em novembro de 2016 a carteira total de crédito intensificou a queda na comparação anual, recuando 2,3% comparado ao mesmo mês do ano anterior. Essa queda foi ocasionada principalmente pelo crédito com recursos livres, que retraiu 4,1% nessa mesma comparação, mas o crédito com recursos direcionados também registrou contração neste mesmo período, porém com menor intensidade (aproximadamente 0,4%). Mesmo a carteira dos bancos públicos, que cresceu em ritmo superior a 10% em 2015, apresentou queda na comparação anual no mês de novembro (de 1,5%). O conservadorismo nas concessões por parte dos bancos públicos e privados, a cautela na tomada de crédito por parte dos consumidores e o elevado endividamento das famílias e das empresas são fatores que devem manter essa tendência de queda do crédito ao longo dos próximos meses. Contudo, se a queda que o Banco espera para a Selic ao longo de 2017 se realizar (a projeção do Banco Santander é que a taxa básica de juros diminua para 9,75% até o final de 2017), e a confiança dos consumidores retomar sua trajetória de recuperação (interrompida pelo aumento da volatilidade do cenário externo e alguma decepção com os indicadores econômicos referentes ao 3º trimestre), o Banco acredita que o crédito deverá voltar a acelerar ao longo de 2017.

Desempenho Econômico-Financeiro

A Evidence, atingiu no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, um lucro líquido no valor de R$31.719 mil (2015 - prejuízo no valor de R$33.004 mil), patrimônio líquido de R$250.670 mil (31/12/2015 - R$217.639 mil) e provisões técnicas de previdência complementar de R$1.637.756 mil (31/12/2015 - R$1.513.792 mil).

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas terão direito a receber em cada exercício, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, de no mínimo 1%.

A Assembleia Geral poderá, de acordo com proposta da Diretoria, destinar à formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo que, uma vez atingido esse limite, poderá deliberar sobre o saldo, procedendo a sua distribuição aos acionistas ou ao aumento do capital social; e/ou reter parcela dos lucros visando atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em orçamento geral da Evidence.

Perspectivas

A Evidence manterá o contínuo foco na qualidade de atendimento aos clientes, na gestão de custos operativos e na qualidade e solidez do balanço. A principal estratégia é a manutenção dos negócios através da qualidade nos serviços que contribuam de maneira positiva com nossos clientes, acionistas e com o desenvolvimento do mercado brasileiro de Previdência Complementar.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e parceiros de negócios pela confiança em nossa administração, pela sua decisiva contribuição para a conquista dos resultados da Evidence.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2017.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	31/12/2016	31/12/2015 Ajustado
Ativo Circulante		**1.645.119**	**1.465.536**
Disponível	**4&18.c**	**538**	**1.161**
Caixa e Bancos		538	1.161
Aplicações	**5**	**1.606.074**	**1.431.004**
Títulos de Renda Fixa [1]		1.593.222	1.421.178
Cotas de Fundos de Investimentos		12.852	9.826
Créditos das Operações com Previdência Complementar		**162**	**1**
Valores a Receber		162	1
Títulos e Créditos a Receber		**38.345**	**33.370**
Créditos Tributários e Previdenciários [1]	6	38.345	33.370
Ativo não Circulante		**249.537**	**300.981**
Realizável a Longo Prazo		**249.537**	**300.981**
Aplicações	**5**	**234.767**	**241.254**
Títulos de Renda Fixa [1]		234.767	241.254
Títulos e Créditos a Receber		**14.770**	**59.727**
Créditos Tributários e Previdenciários [1]	6	14.770	59.727
Total do Ativo		**1.894.656**	**1.766.517**

	Notas Explicativas	31/12/2016	31/12/2015 Ajustado
Passivo Circulante		**1.230.813**	**1.203.141**
Contas a Pagar		**2.871**	**32.921**
Obrigações a Pagar	7	-	383
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	8	924	1.204
Impostos e Contribuições	9	79	27.865
Outras Contas a Pagar	10	1.868	3.469
Débitos das Operações com Previdência Complementar		**5**	**42**
Débitos de Resseguros	3.j	-	42
Contribuições a Restituir	5	-	
Depósitos de Terceiros	**11**	**55**	**2.110**
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	**12**	**1.227.882**	**1.168.068**
Planos não Bloqueados		**1.227.882**	**1.168.068**
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder		1.226.569	1.165.323
Provisão de Prêmios não Ganhos		98	89
Provisão de Sinistros a Liquidar		219	503
Provisão para Eventos Ocorridos mas não Avisados		322	271
Outras Provisões		674	1.882
Passivo não Circulante		**413.173**	**345.737**
Contas a Pagar		**3.299**	**13**
Tributos Diferidos	17.d	3.299	13
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	**12**	**409.874**	**345.724**
Planos não Bloqueados		**409.874**	**345.724**
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos		321.619	284.335
Provisão de Excedente Financeiro		2.192	3.265
Outras Provisões		86.063	58.124
Patrimônio Líquido	**13**	**250.670**	**217.639**
Capital Social		250.000	185.000
Aumento de Capital em Aprovação		-	65.000
Reservas de Lucros		644	1.929
Ajustes de Avaliação Patrimonial		26	(1.286)
Prejuízos Acumulados		-	(33.004)
Total do Passivo		**1.894.656**	**1.766.517**

[1] Em 2015 as rubricas foram ajustadas retrospectivamente para refletir os impactos descritos na Nota Explicativa 2.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	Capital Social	Aumento de Capital em Aprovação	Reservas de Lucros - Reserva Legal	Reservas de Lucros - Reserva para Equalização de Dividendos	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		**185.000**	**-**	**126**	**1.803**	**113**	**-**	**187.042**
Aumento de Capital em Aprovação	13.a	-	65.000	-	-	-	-	65.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		-	-	-	-	(1.399)	-	(1.399)
Prejuízo do Exercício		-	-	-	-	-	(33.004)	(33.004)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		**185.000**	**65.000**	**126**	**1.803**	**(1.286)**	**(33.004)**	**217.639**
Aumento de Capital	13.a	65.000	(65.000)	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		-	-	-	-	1.312	-	1.312
Absorção de Prejuízos		-	-	-	(1.285)	-	1.285	-
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	31.719	31.719
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		**250.000**	**-**	**126**	**518**	**26**	**-**	**250.670**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Contribuições para Cobertura de Riscos		2.245	1.831
Variações das Provisões Técnicas de Prêmios		(9)	34
Prêmios Ganhos		**2.236**	**1.865**
Sinistros Ocorridos		(3.217)	(2.460)
Rendas de Contribuições e Prêmios		28.346	32.013
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder		(17.575)	(25.263)
Receitas de Contribuições e Prêmios de VGBL		**10.771**	**6.750**
Variação de Outras Provisões Técnicas		(27.939)	25.936
Despesas com Benefícios		(51)	(5)
Outras Receitas e Despesas Operacionais		(2.378)	(171)
Despesas Administrativas	14	(3.087)	(3.531)
Despesas com Tributos	15	(12.020)	(2.752)
Resultado Financeiro	16	105.078	(94.961)
Resultado Operacional		**69.393**	**(69.329)**
Resultado antes dos Impostos		**69.393**	**(69.329)**
Imposto de Renda	17.f	(17.924)	17.081
Contribuição Social	17.f	(19.750)	19.244
Lucro Líquido (Prejuízo)		**31.719**	**(33.004)**
Nº de Ações (Mil)	13.a	12.591.172	12.591.172
Lucro Líquido (Prejuízo) por Ação - R$ (Mil) [1]		0,0025	(0,0037)

[1] Em 2015, o cálculo do lucro por ação foi realizado com base na média ponderada em atendimento ao requerido pelo CPC 41.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Lucro Líquido (Prejuízo)		**31.719**	**(33.004)**
Outras Receitas (Despesas) Reconhecidas		**1.312**	**(1.399)**
Variação Valor Justo Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	5.c	2.410	(2.564)
Efeitos Tributários sobre Ajuste de Avaliação Patrimonial	17.e	(1.098)	1.165
Resultado Abrangente		**33.031**	**(34.403)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015 Ajustado
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido (Prejuízo)		**31.719**	**(33.004)**
Ajustes para:		**46.617**	**(58.089)**
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos [1]	17.e	46.617	(58.089)
Variação nas Contas Patrimoniais:		**(78.959)**	**27.252**
Aplicações		(166.173)	(1.486.293)
Créditos das Operações com Previdência Complementar		(161)	(1)
Títulos e Créditos a Receber [1]		(4.447)	(33.527)
Contas a Pagar [1]		(28.375)	50.211
Débitos das Operações com Previdência Complementar		(37)	42
Depósitos de Terceiros		(2.055)	2.110
Provisões Técnicas - Previdência Complementar		123.964	1.513.792
Imposto Pago		(1.675)	(19.082)
Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades Operacionais		**(623)**	**(63.841)**
Atividades de Financiamento			
Aumento de Capital	13.a	-	65.000
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento		**-**	**65.000**
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		**(623)**	**1.159**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	**4&18.c**	**1.161**	**2**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	**4&18.c**	**538**	**1.161**

[1] Em 2015 as rubricas foram ajustadas retrospectivamente para refletir os impactos descritos na Nota Explicativa 2.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A Evidence Previdência S.A. (Evidence), controlada pela Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap) (Nota 18.b), é uma sociedade anônima com duração por prazo indeterminado, com sede social na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP: 04543-011, é uma Instituição integrante do Conglomerado Santander e tem como objeto social a instituição e operação de planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas. As operações da Evidence são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander). Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

Em 29 de janeiro de 2015, foi aprovada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), a transferência da Carteira do Fundo Garantidor de Benefícios (Carteira FGB) da sociedade Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. para a Evidence. Assim no dia 2 de fevereiro de 2015, os ativos e reservas da Carteira FGB foram transferidos e passaram a ser geridos pela Evidence.

Os valores transferidos seguem abaixo:

Ativo		**Passivo**	
Disponível	154	Contas a Pagar	1.032
		Débitos de Operações com Previdência	1.197
Aplicações (Nota 5.c)	1.406.932	Provisões Técnicas - Previdência Complementar (Nota 12)	1.405.163
Valores a Receber - Previdência Complementar	306		
Total	**1.407.392**		**1.407.392**

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Evidence foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade prescritas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP 517 de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores, que entrou em vigor a partir da data de sua publicação no dia 11 de agosto de 2015, que instituiu o novo plano de contas, a possibilidade de escolha entre o método direto ou indireto do fluxo de caixa e o modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

Em 2015, houve remensuração da carteira ativa da Evidence em função de contabilizações inadequadas quando da transferência do produto FGB para a Evidence que impactou as bases para recolhimento de impostos entre imposto corrente e diferido, com efeito retrospectivo de reclassificações entre contas no Balanço Patrimonial com reflexos no Fluxo de Caixa e Notas Explicativas das Aplicações, Créditos Tributários e Previdenciários, Resultado Financeiro e Ativos e Passivos Fiscais, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (equivalente ao IAS 8 no IFRS), pronunciamento recepcionado pela SUSEP através da Circular nº 483 anexo IV.

Principais saldos ajustados em 31 de dezembro de 2015:

Balanço Patrimonial	Saldo Publicado	Saldo Ajustado
Ativo Circulante	**1.432.336**	**1.465.536**
Aplicações	**1.431.174**	**1.431.004**
Títulos de Renda Fixa	1.421.348	1.421.178
Títulos e Créditos a Receber	**-**	**33.370**
Créditos Tributários e Previdenciários	-	33.370
Ativo não Circulante	**334.181**	**300.981**
Realizável a Longo Prazo	**334.181**	**300.981**
Aplicações	**241.084**	**241.254**
Títulos de Renda Fixa	241.084	241.254
Títulos e Créditos a Receber	**93.097**	**59.727**
Créditos Tributários e Previdenciários	93.097	59.727

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram autorizadas pela Diretoria na reunião realizada em 23 de fevereiro de 2017.

Estimativas Contábeis

Os resultados e a determinação do patrimônio são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos Administradores da Evidence na elaboração das demonstrações financeiras. A Evidence faz estimativas e utiliza premissas que podem impactar os valores informados de ativos e passivos dos próximos exercícios. Todas as estimativas e assunções requeridas são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável e se referem, basicamente, aos seguintes fatores:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros são discutidos em detalhes na Nota 3-e;
- Redução ao valor recuperável de ativos - constituída para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos a receber são discutidos em detalhes na Nota 3-g;
- Provisões técnicas relacionadas às atividades de previdência são discutidos em detalhes na Nota 3-h;
- Teste de adequação do passivo (TAP) que são apresentados em detalhes na Nota 3-k; e
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são discutidos em detalhes na Nota 3-m.

As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Mudanças nas taxas de juros;
- Mudanças nos índices de inflação;
- Regulamentação governamental e questões fiscais;
- Processos ou disputas judiciais adversas;
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de seguros e previdência;
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras da Evidence estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência.

c) Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, reconhecidos "pro rata" dia. Os rendimentos e encargos prefixados são demonstrados como redução dos ativos e passivos a que se referem. Quando aplicável, são constituídas provisões para redução dos ativos ao valor de mercado ou de provável realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e outras aplicações com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias e com risco insignificante de mudança de valor.

e) Avaliação de Ativos e Passivos Financeiros

Definições e Classificação dos Instrumentos Financeiros

i. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a Evidence e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

ii. Classificação dos Ativos e Passivos Financeiros para fins de Mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração, salvo quando é obrigatória sua apresentação como "outros valores e bens" ou se forem referentes a "caixa e equivalentes de caixa" e "participações societárias", os quais são contabilizados separadamente.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

• Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge.

• Outros ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros hibridos não mantidos para negociação e totalmente mensurados ao valor justo, com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (divergências contábeis) derivados da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com eles em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros, ou ambos, que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento.

Estão submetidos, em caráter permanente, a um sistema integrado e consistente de mensuração, gestão e controle de riscos e retornos, o qual permite o monitoramento e a identificação de todos os instrumentos financeiros e a verificação da redução efetiva do risco. Os ativos financeiros somente podem ser incluídos nessa categoria na data em que são adquiridos ou originados.

• Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria inclui os instrumentos de dívida não classificados como "investimentos mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" ou "ativos financeiros ao valor justo no resultado". Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, os quais são reconhecidos no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

• Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para impairment (recuperação) a cada data de balanço.

• Investimentos mantidos até o vencimento: os títulos e valores mobiliários, para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento, são contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a existência desses títulos. Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

Os passivos financeiros da Evidence são incluídos para fins de mensuração na seguinte categoria:

• Passivo financeiro ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento. Correspondem, basicamente, a dividendos e juros sobre capital próprio e provisões técnicas - previdência complementar.

iii. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros e Reconhecimento das Mudanças do Valor Justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada exercício, da seguinte forma:

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, instrumentos de patrimônio, cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos de patrimônio dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos.

O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado").

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira internacional, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de riscos associados a ele.

Os "empréstimos e recebíveis" e "investimentos mantidos até o vencimento" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O "custo amortizado" é o custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não-recuperação ou impossibilidade de cobrança.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de renda fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de renda variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva, são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não-recuperação relacionadas.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima da Evidence ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras.

iv. Técnicas de Avaliação

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2016 e 2015, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pela Evidence para apurar seu valor justo:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Cotações Publicadas Preço em Mercados Ativos (Nível 1)	Total	Cotações Publicadas Preço em Mercados Ativos (Nível 1)	Total
Ativos Financeiros para Negociação	**1.605.566**	**1.605.566**	**1.430.156**	**1.430.156**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	29.740	29.740	74.997	74.997
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	391.094	391.094	295.656	295.656
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	1.171.880	1.171.880	1.049.677	1.049.677
Cotas de Fundos de Investimentos	12.852	12.852	9.826	9.826
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	**235.275**	**235.275**	**242.102**	**242.102**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	224.681	224.681	224.373	224.373
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	10.594	10.594	17.729	17.729
Total	**1.840.841**	**1.840.841**	**1.672.258**	**1.672.258**

Instrumentos financeiros ao valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos (Nível 1), incluem títulos da dívida pública, títulos de dívida privada, ativos securitizados, ações, posições vendidas e títulos de renda fixa emitidos.

Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Na maioria dos casos, esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência (Nível 2). Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros.

O Nível 3 registra ativos ou passivos financeiros nos quais não utilizam dados observáveis de mercado para fazer a mensuração. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Evidence não possui instrumentos financeiros classificados como Nível 3.

Não houve reclassificações entre níveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Ativos Financeiros não Recuperáveis

Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que:

• Ocasionem um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida.

• Signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio.

Como regra geral, sempre que os eventos acima forem observados, o valor contábil de instrumentos financeiros não recuperáveis é ajustado através do registro de uma perda do valor recuperável. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

f) Contribuições de Previdência

As contribuições de riscos de previdência complementar são apropriados ao resultado quando da aceitação da proposta, independentemente de estarem vigentes. As contribuições para planos de previdência complementar são reconhecidas quando de seu efetivo recebimento. As contribuições de riscos são apropriadas pela vigência do risco, "pro rata" dia.

g) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Constituída para os créditos vencidos acima de 60 dias, para fazer frente às eventuais perdas na realização de contas a receber, conforme definido na Circular SUSEP 517/2015 e alterações posteriores. As respectivas despesas das reduções ao valor recuperável de ativos são reconhecidas na rubrica "outras receitas (despesas) operacionais".

h) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Previdência

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na Resolução CNSP 321/2015 e Circular SUSEP 517/2015 e alterações posteriores.

• Provisão para Prêmios não Ganhos (PPNG)

A PPNG é constituída pelas parcelas dos prêmios líquidos de cosseguro cedido, correspondentes aos períodos de riscos não decorridos das apólices, calculada "pro rata" dia. Conforme a Circular SUSEP 517/2015 e alterações posteriores, no período entre a emissão e o início de vigência, o cálculo da provisão é efetuado considerando o período de vigência igual ao prazo de vigência do risco.

• Provisões de Prêmios não Ganhos - Riscos Vigentes e não Emitidos (PPNG-RVNE)

A PPNG-RVNE tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos já assumidos mas que ainda não possuem as respectivas apólices emitidas. A Evidence estima esta provisão com base no comportamento histórico das emissões em atraso, conforme Nota Técnica Atuarial (NTA).

• Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBaC e PMBC)

As PMBaC são constituídas a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. As PMBC representam as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituídas através de cálculo atuarial para os planos dos tipos tradicional.

• Provisões de Sinistros a Liquidar (PSL)

A PSL é constituída com base nos avisos recebidos pela Evidence, relativos a pagamentos únicos e rendas vencidas, de sinistros avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. O fato gerador da baixa da provisão decorrente de pagamento, se caracteriza quando da liquidação financeira, do recebimento do comprovante de pagamento da indenização, pecúlio ou renda vencida, ou conforme os demais casos previstos em lei.

• PSL Judicial

É constituída para todos os avisos de sinistros em demanda judicial, com base na probabilidade de perda e classificadas como prováveis, possíveis e remotas.

Os sinistros em demanda judicial são analisados individualmente pelo departamento jurídico para serem classificados dent

Evidence Previdência S.A.

CNPJ nº 13.615.969/0001-19

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Sendo assim, adota em sua política de riscos de subscrição, o repasse do risco ao Ressegurador visando a proteção da carteira nos capitais mais elevados.

	31/12/2016	31/12/2015
Resseguro Cedido - Resseguradora Local	-	42

As operações de prêmios emitidos de resseguro em 31 de dezembro de 2015 estão representadas 100% pelo IRB (Rating A - pela A.M. Best).

k) Teste de Adequação do Passivo (TAP)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, conforme determinado pela Circular SUSEP 517/2015 e alterações posteriores, a adequação das provisões técnicas constituídas foram avaliadas através do TAP.

O TAP é realizado bruto de resseguro e verifica se as provisões técnicas registradas, líquidas de custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis relacionados, estão adequadas às estimativas correntes dos fluxos de caixa futuros dos contratos e certificados em vigor na data base desta demonstração. Os fluxos de caixa foram estimados em periodicidade anual para a carteira de Previdência.

Para a realização do TAP, a Evidence agrupou as linhas de negócios com características semelhantes de risco e utilizou como premissas técnicas a tábua de Sobrevivência BR-EMS como experiência de sobrevivência e premissas realistas de morbidade, resgate e conversão em renda que melhor refletissem a experiência atual observada para a carteira.

Para o desconto dos fluxos de caixa projetados foi utilizada estrutura a termo da taxa de juros livre de risco definidas pela SUSEP, o desconto baseou-se na alternativa metodológica de estimação da estrutura a termo da taxa de juros.

Em 31 de dezembro de 2016, o TAP indicou a necessidade de constituição adicional de provisões técnicas de R$85.395 (31/12/2015 - R$57.523) para os planos do tipo FGB.

l) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As empresas de previdência podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas com tributos.

m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as empresas de previdência (15% até agosto de 2015), incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL foi elevada de 15% para 20 % para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015).

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 17.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes às disponibilidades.

5. Aplicações

a) Composição por Classificação

						31/12/2016
	Taxa de Juros Contratada - %	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado no: Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	% do Total
Títulos para Negociação		**1.612.569**	**(7.003)**	**-**	**1.605.566**	**87,2%**
Títulos Públicos		**1.599.717**	**(7.003)**	**-**	**1.592.714**	**86,5%**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	100% SELIC	29.756	(16)	-	29.740	1,6%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 4,55% a 6,70% a.a.	387.721	3.373	-	391.094	21,2%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	IGPM + 6,06% a 9,0% a.a.	1.182.240	(10.360)	-	1.171.880	63,7%
Títulos Privados		**12.852**	**-**	**-**	**12.852**	**0,7%**
Cotas de Fundos de Investimentos	-	12.852	-	-	12.852	0,7%
Títulos Disponíveis para Venda		**235.232**	**-**	**43**	**235.275**	**12,8%**
Títulos Públicos		**235.232**	**-**	**43**	**235.275**	**12,8%**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	100% SELIC	225.029	-	(348)	224.681	12,2%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	12,70% a.a. PRE	10.203	-	391	10.594	0,6%
Total		**1.847.801**	**(7.003)**	**43**	**1.840.841**	**100,0%**
Circulante					**1.606.074**	
Não Circulante					**234.767**	

						31/12/2015
	Taxa de Juros Contratada - %	Valor do Custo Amortizado Ajustado	Ajuste a Mercado no: Resultado Ajustado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	% do Total
Títulos para Negociação		**1.538.871**	**(108.715)**	**-**	**1.430.156**	**85,5%**
Títulos Públicos		**1.529.045**	**(108.715)**	**-**	**1.420.330**	**84,9%**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	100% SELIC	74.990	7	-	74.997	4,5%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 4,55% a 6,70% a.a.	323.006	(27.350)	-	295.656	17,6%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	IGPM + 6,06% a 9,0% a.a.	1.131.049	(81.372)	-	1.049.677	62,8%
Títulos Privados		**9.826**	**-**	**-**	**9.826**	**0,6%**
Cotas de Fundos de Investimentos	-	9.826	-	-	9.826	0,6%
Títulos Disponíveis para Venda		**244.469**	**-**	**(2.367)**	**242.102**	**14,5%**
Títulos Públicos		**244.469**	**-**	**(2.367)**	**242.102**	**14,5%**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	100% SELIC	224.356	-	17	224.373	13,4%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	12,70% a.a. PRE	20.113	-	(2.384)	17.729	1,1%
Total		**1.783.340**	**(108.715)**	**(2.367)**	**1.672.258**	**100,0%**
Circulante					**1.431.004**	
Não Circulante					**241.254**	

b) Composição por Prazo de Vencimento

						31/12/2016
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos para Negociação	**12.852**	**45.725**	**1.818**	**26.070**	**1.519.101**	**1.605.566**
Títulos Públicos	**-**	**45.725**	**1.818**	**26.070**	**1.519.101**	**1.592.714**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	1.182	28.558	29.740
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	7.510	272	24.888	358.424	391.094
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	-	38.215	1.546	-	1.132.119	1.171.880
Títulos Privados	**12.852**	**-**	**-**	**-**	**-**	**12.852**
Cotas de Fundos de Investimentos	12.852	-	-	-	-	12.852
Títulos Disponíveis para Venda	**-**	**508**	**-**	**-**	**234.767**	**235.275**
Títulos Públicos	**-**	**508**	**-**	**-**	**234.767**	**235.275**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	224.681	224.681
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	508	-	-	10.086	10.594
Total	**12.852**	**46.233**	**1.818**	**26.070**	**1.753.868**	**1.840.841**

Os títulos públicos de renda fixa foram avaliados a mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima) e as cotas de fundo de investimento são atualizadas com base na cotação divulgada pelos Administradores dos fundos diariamente.

c) Movimentação das Aplicações

	Saldo em 31/12/2015	Aplicações	Resgates	Atualizações Monetárias	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	Saldo em 31/12/2016
Títulos para Negociação	**1.430.156**	**249.725**	**(361.466)**	**185.439**	**101.712**	**1.605.566**
Títulos Públicos	**1.420.330**	**201.992**	**(315.289)**	**183.969**	**101.712**	**1.592.714**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	74.997	97.288	(150.976)	8.454	(23)	29.740
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	295.656	64.704	(44.036)	44.047	30.723	391.094
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	1.049.677	-	(80.277)	131.468	71.012	1.171.880
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.e)	-	40.000	(40.000)	-	-	-
Títulos Privados	**9.826**	**47.733**	**(46.177)**	**1.470**	**-**	**12.852**
Cotas de Fundos de Investimentos	9.826	47.733	(46.177)	1.470	-	12.852
Títulos Disponíveis para Venda	**242.102**	**-**	**(39.888)**	**30.651**	**2.410**	**235.275**
Títulos Públicos	**242.102**	**-**	**(39.888)**	**30.651**	**2.410**	**235.275**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	224.373	-	(27.821)	28.494	(365)	224.681
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	17.729	-	(12.067)	2.157	2.775	10.594
Total	**1.672.258**	**249.725**	**(401.354)**	**216.090**	**104.122**	**1.840.841**

	Saldo em 31/12/2014	Saldos Transferência em 02/02/2015 (Nota 1)	Aplicações	Resgates	Atualizações Monetárias Ajustado	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários Ajustado	Saldo em 31/12/2015
Títulos para Negociação	**27.996**	**1.406.932**	**256.123**	**(347.695)**	**195.515**	**(108.715)**	**1.430.156**
Títulos Públicos	**-**	**1.389.817**	**255.812**	**(309.503)**	**192.919**	**(108.715)**	**1.420.330**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	136.405	138.788	(209.984)	9.781	7	74.997
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	325.384	19.998	(64.316)	41.940	(27.350)	295.656
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	-	928.028	97.026	(35.203)	141.198	(81.372)	1.049.677
Títulos Privados	**27.996**	**17.115**	**311**	**(38.192)**	**2.596**	**-**	**9.826**
Cotas de Fundos de Investimentos	27.996	17.115	311	(38.192)	2.596	-	9.826
Títulos Disponíveis para Venda	**160.533**	**-**	**64.998**	**(2.049)**	**21.184**	**(2.564)**	**242.102**
Títulos Públicos	**160.533**	**-**	**64.998**	**(2.049)**	**21.184**	**(2.564)**	**242.102**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	140.550	-	64.998	-	18.868	(43)	224.373
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	19.983	-	-	(2.049)	2.316	(2.521)	17.729
Total	**188.529**	**1.406.932**	**321.121**	**(349.744)**	**216.699**	**(111.279)**	**1.672.258**

d) Garantia das Provisões Técnicas

As seguintes parcelas de ativos estão retidas e/ou vinculadas em garantia às provisões técnicas:

	31/12/2016	31/12/2015
Títulos de Renda Fixa	1.827.989	1.658.867
Total de Cobertura	**1.827.989**	**1.658.867**
Total a ser Coberto	1.637.756	1.513.792
Total de Excedente	**190.233**	**145.075**

e) Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 30 de junho de 2016, a Evidence possuía operações com instrumentos financeiros derivativos de negociação referente a compra a termo de títulos públicos representados por Nota do Tesouro Nacional - NTN-B no montante de R$39.872 registrados no ativo circulante (Nota 5.a), e obrigações de compra a termo a liquidar de Notas do Tesouro Nacional - NTN-B no montante de R$40.000, registrados no passivo circulante. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Evidence não apresenta operações com derivativos.

6. Créditos Tributários e Previdenciários

	31/12/2016	31/12/2015 Ajustado
Créditos Tributários (Nota 17.a)	14.770	59.199
Imposto de Renda a Compensar	308	528
Antecipação de Imposto de Renda	23.483	20.902
Antecipação de Contribuição Social	14.554	12.468
Total	**53.115**	**93.097**
Circulante	**38.345**	**33.370**
Não Circulante	**14.770**	**59.727**

7. Obrigações a Pagar

Em 31 de dezembro de 2015, refere-se a taxa com a administração do Fundo FGB no valor de R$383, registrados no passivo circulante.

8. Impostos e Encargos Sociais a Recolher

Estão compostos por imposto de renda a recolher retidos de terceiros no valor de R$917 (31/12/2015 - R$1.156) e da CSLL/PIS/COFINS de terceiros no valor de R$7 (31/12/2015 - R$48), registrados no passivo circulante.

9. Impostos e Contribuições

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de Renda	-	16.449
Contribuição Social	-	11.416
PIS/COFINS a Recolher	79	-
Total - Passivo Circulante	**79**	**27.865**

10. Outras Contas a Pagar

	31/12/2016	31/12/2015
Valores a Pagar para a Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (Nota 18.c)	499	2.359
Provisão de Multa SUSEP	1.080	1.080
Provisão Despesas com Publicações	69	26
Provisão Despesa Auditoria Externa	217	-
Outras	3	4
Total - Passivo Circulante	**1.868**	**3.469**

11. Depósitos de Terceiros

O saldo na rubrica depósitos de terceiros é de R$55 (31/12/2015 - R$2.110), registrados no passivo circulante. Esses montantes referem-se a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimento de prêmios de seguros fracionados em processamento e permanecem pendentes de identificação nessa conta, registrados principalmente, entre 1 a 30 dias.

12. Provisões Técnicas - Previdência Complementar

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Reversão/ Baixa	Excedente Financeiros	Encargos Financeiros	Saldo em 31/12/2016
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	1.165.323	53.493	(152.200)	4.450	155.503	1.226.569
Provisão de Prêmios não Ganhos	89	5.038	(5.029)	-	-	98
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	284.335	33.178	(50.515)	-	54.621	321.619
Provisão de Sinistros a Liquidar	503	45.180	(45.464)	-	-	219
Provisão para Eventos Ocorridos mas não Avisados	271	3.613	(3.562)	-	-	322
Provisão de Excedente Financeiro	3.265	49.716	(50.789)	-	-	2.192
Provisão Complementar de Cobertura	57.523	980.079	(952.207)	-	-	85.395
Provisão de Resgates ou Outros Valores a Regularizar	1.882	106.241	(107.500)	-	51	674
Provisão de Despesas Relacionadas	601	7.139	(7.072)	-	-	668
Total	**1.513.792**	**1.283.677**	**(1.374.338)**	**4.450**	**210.175**	**1.637.756**
Circulante	**1.168.068**					**1.227.882**
Não Circulante	**345.724**					**409.874**

	Saldos Transferência em 02/02/2015 (Nota 1)	Constituição	Reversão/ Baixa	Excedente Financeiros	Encargos Financeiros	Saldo em 31/12/2015
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	1.065.838	81.254	(128.577)	4.443	142.365	1.165.323
Provisão de Prêmios não Ganhos	123	5.413	(5.447)	-	-	89
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	248.952	341.072	(360.246)	-	54.557	284.335
Provisão de Sinistros a Liquidar	163	40.478	(40.138)	-	-	503
Provisão para Eventos Ocorridos mas não Avisados	266	2.765	(2.760)	-	-	271
Provisão de Excedente Financeiro	2.614	47.550	(47.196)	-	297	3.265
Provisão Complementar de Cobertura	83.260	733.749	(759.486)	-	-	57.523
Provisão de Resgates ou Outros Valores a Regularizar	3.148	67.010	(68.306)	-	30	1.882
Provisão de Despesas Relacionadas	799	7.373	(7.571)	-	-	601
Total	**1.405.163**	**1.326.664**	**(1.419.727)**	**4.443**	**197.249**	**1.513.792**
Circulante						**1.168.068**
Não Circulante						**345.724**

13. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é composto por 12.591.172 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas de domiciliados no país.

Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 23 de dezembro de 2015, foi aprovado o aumento do capital social da Evidence no montante de R$85.000 passando o capital social de R$185.000 para R$250.000, mediante a emissão de 3.653.146 mil ações ordinárias, passando de 8.938.026 mil ações ordinárias para 12.591.172 mil ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, no valor de R$0,0177928845 cada, calculado pelo Valor Patrimonial da Ação (VPA) apurado na data-base de 31 de outubro de 2015. As ações foram totalmente subscritas e integralizadas pela Sancap, e o processo de aprovação do aumento do capital social foi aprovado pela SUSEP em 2 agosto de 2016.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos de 1% sobre o lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação em vigor. Na AGE realizada no dia 23 de dezembro de 2015, que aprovou o aumento do capital social também aprovou a redução do percentual dos dividendos mínimos obrigatórios da Evidence de 25% para 1% do lucro líquido ajustado. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas.

c) Reserva Legal

Do lucro líquido do exercício serão destinado 5% para constituição da reserva legal, limitada a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

d) Reserva para Equalização de Dividendos

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício serão destinados à formação de Reserva para Equalização de Dividendos, que será limitada à 50% do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo que, uma vez atingido esse limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo a sua distribuição aos acionistas ou ao aumento do capital social, e/ou ser retido, visando atender a necessidades de aplicação de capital estipuladas em orçamento geral da companhia, submetido pela administração à aprovação de Assembleia Geral e por esta revisto anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social.

e) Lucro por Ação

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos financeiros conversíveis em ações.

f) Patrimônio Líquido Ajustado - PLA

	31/12/2016	31/12/2015
Ajustes Contábeis		
Patrimônio Líquido	250.670	217.639
Exclusão:		
Créditos Tributários - Prejuízos Fiscais	8.325	-
PLA (Ajustes Contábeis)	**242.345**	**217.639**
Ajustes Associados à Variação dos Valores Econômicos		
Ajustes do Superávit de Fluxos Prêmios/Contribuições não Registrados Apurado no TAP	-	-
Superávit entre Provisões e Fluxo Realista de Prêmios/Contribuições Registradas	11.917	-
PLA (Total) = PLA (Ajustes Contábeis) + Ajustes Associados à Variação dos Valores Ecônomicos	**254.262**	**217.639**

(1) Em 2016 o cálculo do PLA, foi ajustado conforme requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e CNSP nº 343/2016.

g) Capital Mínimo Requerido (CMR)

	31/12/2016	31/12/2015
Capital Base	15.000	15.000
Risco de Crédito	16.118	12.374
Risco Operacional	1.310	1.211
Risco de Subscrição	191.917	178.817
Risco de Mercado (1)	35.750	-
Benefício da Correlação de Risco	(31.225)	(5.876)
Capital Mínimo Requerido	**213.870**	**186.526**
PLA Total	**254.262**	**217.639**
Suficiência	**40.392**	**31.113**

(1) O risco de mercado será implementado paulatinamente, neste exercício há a inclusão de 50% e os outros 50% será incrementado em 31 de dezembro de 2017, conforme Resolução CNSP 321/2015 e atualizações posteriores.

O saldo do capital adicional total é um cálculo que utiliza o capital adicional de risco de subscrição, risco operacional e risco de crédito. O capital mínimo requerido é o maior entre o capital base e o capital adicional, utilizado para a análise, conforme Resolução CNSP 321/2015, 316/2014 e 302/2013.

14. Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Serviços de Terceiros	504	392
Publicações	151	51
Despesas Bancárias com o Banco Santander (Nota 18.c)	130	131
Despesas com Fotocópias	15	-
Donativos e Contribuições	34	20
Despesas com Provisão Multa SUSEP	18	1.080
Convênio Banco Santander (Nota 18.c)	1.182	994
Convênio Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (Nota 18.c)	1.053	863
Total	**3.087**	**3.531**

15. Despesas com Tributos

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
COFINS	1.498	1.966
PIS	243	319
Taxa de Fiscalização SUSEP	1.325	404
Outros (1)	8.954	63
Total	**12.020**	**2.752**

(1) Refere-se, principalmente, a movimentação do PIS e COFINS diferidos sobre ajuste a valor de mercado sobre títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

16. Resultado Financeiro

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015 Ajustado
Receitas Financeiras	**353.310**	**216.706**
Títulos de Renda Fixa (Nota 5.c)	347.586	214.110
Fundos de Investimento (Nota 5.c)	1.470	2.596
Outras	4.254	-
Despesas Financeiras	**(248.232)**	**(311.667)**
Títulos de Renda Fixa (Nota 5.c)	(31.254)	(108.722)
Atualização das Provisões Técnicas (Nota 12)	(214.625)	(201.692)
Outras	(2.353)	(1.253)
Total	**105.078**	**(94.961)**

17. Ativos e Passivos Fiscais

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2015 Ajustado	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação (1)	58.097	-	(51.924)	6.173
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda (1)	1.090	-	(947)	143
Outras Provisões Temporárias	12	117	-	129
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	**59.199**	**117**	**(52.871)**	**6.445**
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	-	8.325	-	8.325
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	**59.199**	**8.442**	**(52.871)**	**14.770**

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2015 Ajustado
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação (1)	-	58.097	-	58.097
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda (1)	-	1.090	-	1.090
Outras Provisões Temporárias	16	-	(4)	12
Saldo dos Créditos Tributários/Registrados	**16**	**59.187**	**(4)**	**59.199**

(1) Inclui o crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

				31/12/2016
	Diferenças Temporárias		Prejuízos Fiscais - Base	
Ano	IRPJ	CSLL	Negativa	Total Registrados
2017	1.268	1.015	6.249	8.532
2018	1.197	957	2.076	4.230
2019	1.197	718	-	1.915
2020	9	6	-	15
2021	10	6	-	16
2022 a 2024	29	17	-	46
2025 a 2026	10	6	-	16
Total	**3.720**	**2.725**	**8.325**	**14.770**

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente dos créditos tributários registrados é de R$13.635 (31/12/2015 - R$53.879 Ajustado), calculados tendo em vista a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

d) Tributos Diferidos

Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação (1)	4	3.135	-	3.139
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda (1)	9	152	(1)	160
Total - Não Circulante	**13**	**3.287**	**(1)**	**3.299**

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2015
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação (1)	-	4	-	4
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda (1)	84	-	(75)	9
Total - Não Circulante	**84**	**4**	**(75)**	**13**

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

			31/12/2016
	Diferenças Temporárias		
Ano	IRPJ	CSLL	Total
2017	614	492	1.106
2018	614	492	1.106
2019	614	369	983
2020	11	6	17
2021	11	6	17
2022 a 2024	33	19	52
2025 a 2026	11	7	18
Total	**1.908**	**1.391**	**3.299**

e) Impostos Diferidos

Os dados dos saldos das rubricas créditos tributários diferidos e passivos fiscais diferidos são:

	31/12/2016	31/12/2015 Ajustado
Créditos Tributários	**14.770**	**59.199**
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação	6.173	58.097
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	143	1.090
Diferenças Temporárias	129	12
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	8.325	-
Passivos Fiscais	**3.299**	**13**
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação	3.139	4
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	160	9

As movimentações dos saldos das rubricas créditos tributários diferidos e passivos fiscais diferidos nos últimos dois anos foram:

	Saldo em 31/12/2015	Ajuste ao Resultado	Ajuste ao Valor de Mercado	Saldo em 31/12/2016
Créditos Tributários Diferidos	59.199	(43.482)	(947)	14.770
Passivos Fiscais Diferidos	13	3.135	151	3.299
Total	**59.186**	**(46.617)**	**(1.098)**	**11.471**

	Saldo em 31/12/2014	Ajuste ao Resultado	Ajuste ao Valor de Mercado	Saldo em 31/12/2015 Ajustado
Créditos Tributários Diferidos	16	58.093	1.090	59.199
Passivos Fiscais Diferidos	84	4	(75)	13
Total	**(68)**	**58.089**	**1.165**	**59.186**

f) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Resultado antes dos Impostos	**69.393**	**(69.329)**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente (1)	**(31.227)**	**31.198**
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(1.036)	(494)
Demais Ajustes - CSLL 5%	(5.411)	5.597
Demais Ajustes	-	24
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(37.674)**	**36.325**

(1) Majoração provisória da alíquota da CSLL a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018 (Nota 3.m).

g) Cálculo Efetivo das Alíquotas no Patrimônio Líquido

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Resultados antes dos Impostos	69.393	(69.329)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(37.674)	36.325
Alíquota Efetiva	54,3%	-52,4%

h) Imposto Reconhecido no Patrimônio Líquido

Além do imposto de renda reconhecido na demonstração do resultado, a Evidence possui os seguintes valores no patrimônio:

	31/12/2016	31/12/2015
Créditos de Impostos Contabilizados no Patrimônio	**143**	**1.090**
Avaliação de Títulos Disponíveis para Venda	143	1.090
Débitos de Impostos Contabilizados no Patrimônio	**(160)**	**(9)**
Avaliação de Títulos Disponíveis para Venda	(160)	(9)
Total	**(17)**	**1.081**

18. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Evidence realizada em 31 de março de 2016, foi aprovado a fixação do montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2016, até no valor máximo de R$10.

A Evidence é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, controlador direto da Sancap e indireto da Evidence.

A Evidence não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da administração.

Em 2016 e 2015, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria.

b) Participação Acionária

A Evidence é controlada pela Sancap, que possui participação acionária direta de 12.591.172 mil ações ordinárias, equivalentes a 100% do capital social e, indiretamente pelo Banco Santander (através da Sancap).

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxa de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Ativo		
Disponível	**538**	**1.161**
Banco Santander (2)	538	1.161
Passivo		
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas (Nota 10)	**(499)**	**(2.359)**
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (3)	(499)	(2.359)

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Resultado		
Despesas Administrativas (Nota 14)	**(2.365)**	**(1.988)**
Banco Santander (2)	(1.312)	(1.125)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (3)	(1.053)	(863)
Resultado Financeiro	**(1.763)**	**(1.202)**
Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (4)	(1.763)	(1.202)

(1) Controladora (Nota 18.b).
(2) O Banco Santander é o controlador indireto da Evidence através da Sancap (Nota 18.b).
(3) Controlada em Conjunto - Banco Santander Espanha.
(4) Controlada - Banco Santander Espanha.

19. Gerenciamento de Riscos

Gestão do Risco

Dentro do contexto de gestão de risco, o foco é a manutenção de estratégias de proteção do capital da Evidence e respectivamente, de seus clientes, zelando pela liquidez, solvência e rentabilidade do negócio.

São analisados entre outros os seguintes riscos:

Gestão do Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas associadas a potencial deterioração da qualidade creditícia de uma contraparte em relação às suas obrigações financeiras pactuadas.

O processo de gerenciamento do risco de crédito consiste na identificação, mensuração, análise, controle, mitigação e decisão sobre os riscos incorridos nas operações da Evidence no ato da alocação dos recursos de seus beneficiários.

A política de investimento é aplicável às definições de alocação dos recursos respeitando os critérios de elegibilidade de ativos em concordância com a regulação vigente, assegurando que o processo decisório seja realizado em colegiado através de Comitê designado para a discussão e tomada de decisão.

Para controle das exposições, a Evidence conta com metodologia própria de aferimento de rating dos títulos, sendo at

Evidence Previdência S.A.

CNPJ nº 13.615.969/0001-19

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e redução das perdas e eventos de riscos, na identificação de planos de ação e na manutenção da continuidade dos negócios, convergindo ao fortalecimento do ambiente de controles internos.

Gestão do Risco de Subscrição

A gestão de riscos de subscrição é realizada pela área Técnica, em conjunto com as áreas Atuariais, Operações, Compliance, Contabilidade, Produtos e Jurídica. No processo de extinção de cada um dos produtos, estes são submetidos a um Comitê de Produtos, responsável por aprovar as ações propostas com base no parecer de cada uma das áreas.

Anualmente a Evidence realiza, além do TAP (Nota 3.k), criteriosas avaliações atuariais de toda a sua carteira vigente para verificar a solvência ou necessidade de reservas complementares.

Gestão de Risco Atuarial

Gestão dos Riscos na definição de cenários, utilização de hipóteses, premissas e métodos que estejam ou não adequados e aderentes à realidade do plano de benefícios e à massa de participantes. Esclarecemos que a Evidence adota os limites mínimos permitidos pela SUSEP nas premissas adotadas, as quais são aprovadas pelo órgão regulador em notas técnicas atuariais.

Gestão do Risco de Reputação

Risco de reputação é a exposição decorrente de opinião pública negativa, independentemente do fato de essa opinião se basear em fatos ou meramente na percepção do público. O gerenciamento de risco de reputação é realizado através do envolvimento responsável no negócio certo, com os clientes certos.

Gestão do Risco de Compliance

Risco de compliance é definido como risco legal, ou de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma Instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentações, códigos de conduta e das boas práticas bancárias. O gerenciamento de risco de compliance tem enfoque proativo ao risco de conformidade, com a monitoria, educação e comunicação.

Gestão do Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco da Evidence não possuir recursos financeiros suficientes para honrar com seus compromissos financeiros ou a incidência de custos excessivos na liquidação antecipada de ativos para quitar as obrigações.

Esse risco pode ser traduzido em não honrar os resgates, pagamentos de benefícios ou despesas da empresa. Essa situação pode ocorrer em virtude da indisponibilidade de recursos para pagamento das obrigações ou por condições de mercado que reduzam a negociabilidade dos ativos que compõem a carteira.

Gerenciamento de Risco de Liquidez

A Evidence mantém ativos financeiros com liquidez imediata e sem risco de mercado denominados de caixa para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto adversas. Desta forma, a gestão de ativos e passivos (ALM), analisa conjuntamente seus fluxos de caixa, avalia e gerencia a necessidade de caixa, considerando suas respectivas características.

Periodicamente é realizado o estudo de ALM, quando é efetuada simulações com base no histórico de contribuições e resgates da carteira e análise prospectiva, o objetivo é verificar qual seria o nível ideal de ativos com liquidez imediata em situações adversas. Os valores futuros de contribuições e resgates são projetados a partir desses níveis iniciais adversos e conforme as demais premissas definidas pelo modelo. Para esse cenário adverso, verificamos qual seria o nível suficiente para que não haja problemas de liquidez durante toda a trajetória de projeção, tendo como de intervalo de confiança 95%. O volume de ativos com liquidez imediata é aprovado no Comitê de Investimento e estão de acordo com os critérios estabelecidos na política de investimento.

Gestão do Balanço (Ativos e Passivos)

O processo estruturado de gestão de ativos e passivos (ALM) analisa conjuntamente os ativos e passivos da Evidence, seus fluxos de caixa, características e riscos. O processo é responsável por administrar o negócio para que decisões sobre ativos e passivos sejam tomadas de forma coordenada; sendo este um processo contínuo de formulação, implementação, monitoramento e revisão de estratégias relacionadas a ativos e passivos em uma tentativa de mitigar os riscos inerentes aos produtos de seguros e previdência.

Análise de Sensibilidade das Provisões Técnicas de Previdência

O quadro abaixo demonstra a análise de sensibilidade nas premissas que impactam diretamente os valores das provisões técnicas, sendo cada premissa analisada isoladamente:

Premissas	Variação (+)	Impacto do Passivo em 31/12/2016	Impacto no Resultado em 2016	Variação (-)	Impacto do Passivo em 31/12/2016	Impacto no Resultado em 2016
Índice de Conversibilidade	+10%	46	(25)	-10%	(46)	25
Taxa de Juros	+10%	(17.402)	9.571	-10%	44.846	(24.665)
Mortalidade	+10%	(11.342)	6.238	-10%	12.468	(6.857)
Inflação	+10%	13.712	(7.542)	-10%	(13.712)	7.542

Premissas	Variação (+)	Impacto do Passivo em 31/12/2015	Impacto no Resultado em 2015	Variação (-)	Impacto do Passivo em 31/12/2015	Impacto no Resultado em 2015
Índice de Conversibilidade	+10%	40	(24)	-10%	(40)	24
Taxa de Juros	+10%	(14.817)	8.890	-10%	22.431	(13.459)
Mortalidade	+10%	(9.318)	5.591	-10%	10.228	(6.137)
Inflação	+10%	11.430	(6.858)	-10%	(11.430)	6.858

A análise de sensibilidade realizada buscou avaliar os efeitos que mudanças nas principais premissas de cálculo do passivo poderiam ter impactado no resultado do período.

As premissas foram testadas isoladamente, ou seja, em cada cenário modificou-se uma premissa enquanto as demais permaneceram inalteradas.

As premissas testadas nesta análise foram:

- índice de conversibilidade: possibilidade de um participante chegar ao final do prazo de diferimento de seu plano de previdência e optar com converter sua reserva matemática em renda vitalícia.
- taxa de juros: em virtude de os planos garantirem uma taxa de juros no período de recebimento de benefício, e no caso dos planos FGB também durante o prazo de diferimento, esta é uma importante premissa a ser avaliada nesta análise.
- mortalidade e sobrevivência: o aumento da expectativa de vida observado nos últimos anos apresenta um fator de risco significativo para os planos de previdência, visto que quanto menor a mortalidade, maior será a sobrevivência, consequentemente maior será o risco associado ao pagamento de rendas vitalícias.
- inflação: como os planos de previdência garantem, além dos juros, inflação através do indexador previsto em cada plano, foram apurados os efeitos de mudanças da inflação observada no último ano.

O excedente financeiro é impactado pelas premissas de taxa de juros e Inflação.

Gestão do Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de incorrer em perdas monetárias provenientes da oscilação dos valores de mercado dos ativos detidos por uma Instituição resultante de variações nas taxas de juros e preços negociados.

A política de gestão de risco da Evidence visa alocar recursos em ativos financeiros que permitam proteger os resultados da empresa sempre observando as exigências de liquidez. A estrutura de limites é definida pela área de controle de riscos e aprovada em comitê observando a governança estabelecida.

A mensuração do risco de mercado é realizada com base nas sensibilidades NIM e MVE definidas a seguir:

• NIM (Net Interest Margim): avalia o impacto na margem financeira da Companhia, no horizonte de um ano, para uma variação paralela de 1% na curva de juros. A margem financeira é definida pela diferença entre a remuneração dos ativos e a remuneração dos passivos.

• MVE (Market Value of Equity): avalia a variação absoluta do valor de mercado dos fluxos de caixa de um título ou de uma carteira para uma variação paralela de 1% na curva de juros.

A política de investimentos da Evidence tem como objetivo manter estáveis os resultados ao longo do tempo e proteger o valor de mercado da Companhia mantendo as sensibilidades NIM e MVE próximas de zero.

O quadro resumo abaixo sintetiza os valores de sensibilidade ao valor patrimonial das operações estruturais da Evidence para cada um dos cenários abaixo da carteira do dia 31 de dezembro de 2016:

Carteira Banking

Fatores de Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Inflação	(1.998)	(37.258)	(107.567)
Total [1]	**(1.998)**	**(37.258)**	**(107.567)**

[1] Valores líquidos de efeitos fiscais.

As análises de sensibilidade foram efetuadas, de acordo com a norma Circular SUSEP 517/2015 e alterações posteriores, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente nossas posições:

Cenário 1: Choque de +10bps e -10bps em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco;

Cenário 2: Choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco; e

Cenário 3: Choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Gestão de Capital

A gestão do capital considera os níveis regulatórios e econômicos. O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente nos termos de custos e compliance, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas e expectativas dos investidores. O gerenciamento de capital inclui rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos.

A fim de gerir adequadamente o capital, é essencial estimar e analisar futuras necessidades, em antecipação das várias fases do ciclo de negócio. Projeções de capital regulatório e econômico são feitos baseados em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados, etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pelo serviço de pesquisa econômica. Estas estimativas são utilizadas pela Evidence como referência para o plano de ações gerenciais necessários para atingir seus objetivos.

No que se refere às questões regulatórias a Evidence adota os critérios de cálculo determinados para prover informações relevantes sobre a adequação de seu capital, considerando os seguintes conceitos:

- Patrimônio Líquido Ajustado: tem o objetivo de apurar de forma mais qualitativa e estrita os recursos próprios da Evidence possibilitando a execução de suas atividades diante de oscilações e situações adversas dos negócios. Calculado com base no patrimônio líquido contábil da Evidence que é ajustado conforme determinado na Resolução CNSP nº 321 de 2015.
- Capital Mínimo Requerido (CMR): é o capital total que a Evidence deverá manter para operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco, conforme o Art. 65, III da Resolução CNSP nº 321 de 2015.

O demonstrativo analítico com os cálculos de adequação do capital da Evidence estão demonstrados na Nota 13.

20. Outras Informações

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

A Companhia adotou a prerrogativa de aderir ao Comitê de Auditoria Único na instituição líder do Conglomerado Financeiro do Santander, nos termos do artigo 131 da Resolução CNSP 321/2015. O resumo do relatório do referido comitê foi divulgado e publicado em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

DIRETORIA

DIRETOR PRESIDENTE

Antonio Melchiades Baldisera

DIRETORES

Amancio Acúrcio Gouveia | Christiano Ehlers | Nilton Sergio Silveira Carvalho | Patricia Martins de Freitas de Oliveira

CONTADOR

Luiz Falvella - CRC 1SP142881/O-2

ATUÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Ricardo da Silva Santana - MIBA 2397

DIRETORA RESPONSÁVEL TÉCNICA

Patrícia Martins de Freitas de Oliveira

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Evidence Previdência S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência da **Evidence Previdência S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2016, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo e da solvência, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência, como definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência, estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo e da solvência, como definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo e da solvência da Sociedade, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Evidence Previdência S.A.** em 31 de dezembro de 2016, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2017

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino
São Paulo - SP - Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

Carlos Eduardo Silva Teixeira
MIBA 729

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Evidence Previdência S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Evidence Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Evidence Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das cifras comparativas

As demonstrações financeiras mencionadas no primeiro parágrafo incluem, para fins de comparação, informações contábeis correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, ao resultado, ao resultado abrangente, as mutações do patrimônio líquido e aos fluxos de caixa do exercício findo nessa data, obtidos das demonstrações financeiras daquele exercício. O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 22 de fevereiro de 2016, com ênfase relativo aos processos de: (a) transformação da Companhia em entidade aberta de previdência complementar e (b) transferência da carteira do Fundo Garantidor de Benefícios, ambos aprovados pela SUSEP, respectivamente, em 29 de setembro de 2014 e em 29 de janeiro de 2015.

Como parte de nosso exame sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, examinamos também os ajustes descritos na Nota 2, que foram efetuados para alterar os saldos de aplicações e de créditos tributários e previdenciários em 31 de dezembro de 2015, apresentado como saldo de abertura no balanço patrimonial nessa data e demonstração do fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os seus aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2015 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contador CRC 1SP192785/O-4